

Introdução

Este é um estudo bíblico teológico exegético¹ que se concentra na criação, história e escatologia. Desenvolve os conceitos bíblicos de reino e aliança (e também de mediador) como sendo os elos de ligação entre criação, história e consumação. Estou consciente das várias obras bíblico-teológicas publicadas durante o século 20. Outras obras continuam a ser publicadas.²

Este trabalho deve ser considerado como uma indicação e um repúdio. Sou conhecedor daquilo que muitos estudiosos estão tentando fazer em áreas intimamente relacionadas com os temas principais desta obra. Estar ciente disso, no entanto, não me faz considerar necessário tratar cada um dos assuntos prolongadamente, de forma acadêmica e formal, em separado; antes, no decorrer

¹ Métodos de exegese variam grandemente. Uma leitura atenta de uma variedade de comentários irá confirmar esta declaração. O método que proponho usar não vai diferenciar muito do teológico-histórico-gramatical, com certas adaptações de outros métodos, aos quais me referirei nos próximos parágrafos. Cuidado será tomado para estar ciente das falácias como as que Donald A. Carson descreveu no seu livro *A Exegese e suas Falácias* (São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1992).

² Minha intenção não é simplesmente ser somado ao número de teologias bíblicas publicadas. Minha meta é colocar o plano escatológico de Deus na perspectiva criacionista, histórica, pactual e do reino. Deveria também mencionar que estou ciente das diferentes abordagens à teologia bíblica. Ver Gerhard Hasel, *Teologia do Antigo Testamento: Questões Fundamentais no Debate Atual* (Rio de Janeiro: JuERP, 1987) [Este livro já se encontra na sua quarta edição em inglês (1991), revisada e expandida – N.T.]. Estou ciente, também, do que tem sido considerado a crise da teologia bíblica. Brevard S. Childs tem tentado demonstrar isto no seu livro *Biblical Theology in Crisis* (Philadelphia: Westminster, 1974). Minha visão é de que estudiosos com orientação liberal têm sido a principal fonte dessa crise. É bom lembrar, no entanto, que abordagens e métodos de estudo da teologia bíblica variam bastante até entre estudiosos conservadores.

do meu estudo e discussões dos temas centrais, a consciência disso, as minhas preferências e avaliações se farão evidentes.

O leitor pode estar interessado em saber quais são os assuntos que considero inseparável e integralmente relacionados ao que tratarei neste livro. Relaciono abaixo os mais importantes:

Primeiro, *que o Antigo Testamento é a revelação do Deus Triúno e Soberano*. Eu deliberadamente emprego o termo “é” e evito a forma “contém” porque faz parte de minha convicção que todo o Antigo Testamento é o registro inspirado, infalível, inerrante e cheio de autoridade da revelação de Deus à humanidade antes de Cristo ser concebido e nascido. Envolvida nestas declarações que faço a respeito do Antigo Testamento, como revelação, está a negação de que ele seja basicamente um registro do desenvolvimento e crescimento da consciência religiosa por parte de certas personalidades do Antigo Testamento ou de Israel como comunidade. As Escrituras do Antigo Testamento dão indicações do caráter religioso, da consciência e das respostas do povo a quem a revelação foi dada. Estas foram incluídas no registro da revelação progressiva de Deus. É meu ponto de vista que qualquer pensamento humano relatado nas Escrituras do Antigo Testamento foi precedido e, em um sentido real, iniciado pela revelação anterior de Deus. Ainda mais, creio que a realidade da revelação divina é um pré-requisito fundamental para o entendimento de toda a história, a qual é, por sua vez, um aspecto fundamental para o estudo da escatologia.³

Segundo, *que a hermenêutica é uma matéria importante e vital*. Muito se escreveu e continua a ser escrito nesta área. Está se tornando muito difícil discernir as linhas de demarcação entre o número crescente de “escolas hermenêuticas” ou “perspectivas”. Novas abordagens das Escrituras estão em desenvolvimento; antigas abordagens estão sendo sustentadas, revisadas ou rejeitadas.⁴ Qualquer um que planeje um estudo extenso do Antigo Testamento inevitavelmente adota, desenvolve e demonstra uma hermenêutica pessoal. Ou seja, quem lê e estuda as obras de estudiosos bíblicos vai conhecer quais os pressupostos adotados com relação às Escrituras, qual o método exegético empregado, e como o material bíblico é interpretado e aplicado.

³ Este fato da revelação anterior de Deus tem sido inculcado em mim repetidamente pela leitura de vários trabalhos que lidam com o assunto. Um desses trabalhos é o de John Frame *The doctrine of the Knowledge of God* (Phillipsburg: Presbyterian & Reformed, 1987). Outra obra foi o ensaio de Louis J. Voskuil, “History as Process: Meaning in Change”, que apareceu em duas edições de *Pro Rege* 16/3-4, no qual ele escreveu: “Seu (de Deus) Espírito e revelação são, todavia, decisivos como uma estrutura para se entender a formação da cultura humana” (p. 22).

⁴ Os escritores recentes que tenho lido e que discutem hermenêutica são Donald A. Carson e seus colegas escritores em *Biblical Interpretation and the Church: The Problem of Contextualization* (Nashville: Nelson, 1984). As visões de Frame (ibid.) são seguidas e desenvolvidas por Vern Poythress em *Symphonic Theology* (Grand Rapids: Zondervan, 1987). Poythress tem escrito, especificamente, com

Terceiro, *que o texto das Escrituras do Antigo Testamento é um fator importante na discussão da criação-consumação*. O texto em mãos é confiável? É verdadeiramente canônico, tendo a autoridade que o conceito de cânon transmite? Se é canônico, como, neste caso, se tornou canônico? Dois escritores, B. S. Childs e Roger Beckwith, que discutiram o cânon exaustivamente, tomaram como ponto de partida o período pré-cristão. Eles têm buscado determinar qual era o status canônico dos livros do Antigo Testamento dentro da comunidade judaica antes da era cristã. Ambos sofrem de um problema sério quando ensinam que a autoridade canônica das Escrituras do Antigo Testamento

relação ao perspectivalismo, i.e., várias perspectivas podem ser usadas quando se considera uma passagem bíblica específica. John Goldingay escreveu uma pesquisa intitulada *Approaches to Old Testament Interpretation* (Downer Grove: IVP, 1981). Ver, também, seu recente ensaio intitulado “Hosea 1-3, Genesis 1-4, and Masculist Interpretation” em *Horizons in Biblical Theology*, vol. 17, Nº 1 (1995): 37-44. Goldingay escreveu que uma interpretação “ máscula ” da Escritura pode não estar ainda nascendo como uma escola de interpretação reconhecível, mas deve ser vista como um “parasita da interpretação feminista”; é, entretanto, “por definição, pós-feminista”. É também interessante notar que um grupo de estudiosos da Drew University estão tentando ressuscitar o criticismo histórico introduzindo um novo periódico chamado *The Journal of Higher Criticism*. Enquanto isso, uma maior atenção tem sido dada, nas décadas recentes, ao interesse centenário pela retórica e suas conexões com a religião (textos religiosos). É difícil definir com precisão o criticismo retórico, por causa da grande variedade de definições e usos ainda existentes. Ver o ensaio de Wilhelm Muellner “Rhetorical Criticism in Biblical Studies”, *Jin Dao, Journal of Bible and Theology*, Issue 4 (1995): 73-96. Também a Interpretação Narrativa ou Teologia Narrativa tem recebido atenção crescente em décadas recentes. Ela enfatiza o “caráter de narrativa”, especialmente do material histórico das Escrituras e, também, em certo grau, da literatura profética e das epístolas. Poderia ser demonstrado que a ênfase hermenêutica da exegese desconstrucionista, que alega que nenhuma leitura de qualquer material pode ser final porque todo texto é aberto a uma leitura contraditória, tem surgido por causa dos métodos hermenêuticos diferenciados e seus respectivos métodos exegéticos que frequentemente contradizem um ao outro, ou são apresentados como sucessores e/ou substitutos dos antigos. David E. Klemm produziu uma pesquisa útil. Ele coletou ensaios escritos por estudiosos sobre questões fundamentais presentes nos debates hermenêuticos atuais. Ver *Hermeneutical Enquire* vols. 1-2 (Atlanta: Scholars, 1986). No vol. 1, Klemm inclui uma introdução em que ele traça o desenvolvimento das discussões dos estudiosos a respeito de “entendimento” nas eras pré-moderna, moderna e pós-moderna. Ele sugere que o que está acontecendo na nossa era pós-moderna tem sua base na abordagem hermenêutica da era moderna como uma “teoria da interpretação” por meio da qual “significados autoevidentes dados na tradição religiosa” foram desalojados e novas condições fizeram com que o texto autorizado, como o da Bíblia, perdesse seus significados autoevidentes (p. 34-35). Fizeram o texto bíblico negar o que disse, e dizer, nas novas condições, o que não disse. Em toda a extensão das discussões hermenêuticas modernas e pós-modernas, nas quais o conceito de “entendimento” é fator pivô, é dado ao “Eu” existencial de quaisquer circunstâncias um papel básico, fundamental e determinante. Pode-se resumir isso dizendo que muito da hermenêutica moderna vem sendo orientado à “subjetividade” ao invés de à “objetividade”. Devo também me referir ao livro de William J. Larkin *Culture and Biblical Hermeneutics* (Grand Rapids: Baker, 1988). O subtítulo é uma declaração que expressa o assunto específico do livro: *Interpretando e Aplicando a Palavra Autoritativa Numa Era Relativística*. Larkin aceita a autoridade da palavra e demonstra que o relativismo do pensamento e vida contemporâneos é incompatível com aquela palavra autoritativa revelada.

deve ser discernida do processo histórico de formação ao invés de ser pelas evidências internas (autoatestação). Deveria ser dada atenção à obra recente de Robert Vasholz em que é apresentado o testemunho do Antigo Testamento com relação ao cânon.⁵

Quarto, *que o ensino bíblico com relação à criação ocupa um papel essencial e central em toda a Escritura*. Foi na criação que a revelação foi primeiramente dada; naquela ocasião, a aliança e o reino cósmico foram estabelecidos; o papel mediador, inicialmente do primeiro Adão e, então, do segundo Adão, foi determinado. O processo histórico começou quando Deus criou o universo. O estudo da criação, como apresentado do começo ao fim das Escrituras, é frequentemente desafiado por cientistas que apresentam suas próprias visões das origens. Novas explicações continuam a ser consideradas. Há poucos anos, a questão discutida era: foi o “Big Bang” detonado por Deus quando ele começou suas atividades criadoras?⁶ Como esta discussão desenvolveu-se muito recentemente, nenhuma referência ao Big Bang está incluída no volume I, mas sim nos volumes II e III.

Quinto, *que a história desempenha um importante papel no estudo da escatologia*.⁷ A história trata com pessoas e datas coordenadas com eventos, causas e consequências que se manifestaram no decorrer do tempo. Estudantes têm achado útil aprender e lembrar que cinco fatores devem ser guardados em mente no estudo da história: continuidade, integração, individualização, diferenciação e realidade. É importante lembrar-se de todos estes fatores no estudo da revelação de Deus do que transpirou a partir do primeiro momento — “No começo” (Gn 1.1) — até à resposta do Pai ao Filho — “Bom trabalho Filho fiel” — quando ele coloca todas as coisas, e a si próprio, sob a sujeição do Pai (1Co 15.28). Além disso, é importante também manter uma distinção clara entre os vários “tipos de história” que podem ser discernidos no estudo do Antigo Testamento. Existe a história do cosmos, que é o processo mais abrangente. Dentro dele, as Escrituras se referem à história das nações e, particularmente, à história de Israel como nação. Existe também a distinção entre a história da revelação e a história da redenção. Finalmente, pode ser discernida a história do povo quanto à percepção da revelação e a apropriação da redenção.

⁵ Brevard S. Childs, *Introduction to the Old Testament as Scripture* (Philadelphia: Fortress, 1979), e Roger Beckwith, *The Old Testament Canon of the New Testament Church* (Grand Rapids: Eerdmans, 1985). Robert Vasholz, *The Old Testament Canon in the Old Testament Church* (manuscrito revisado, não publicado, St. Louis: Covenant Theological Seminary, 1995) [Este manuscrito foi traduzido para o português por Mauro Meister, porém ainda não publicado (Centro Presbiteriano de Pós-graduação Andrew Jumper) N.T.].

⁶ Michal Welker escreveu um ensaio intitulado “Creation: Big Bang or The Work of Seven Days” em *Theology Today* 52: 2 (Julho 1995): 173-189. Welker interage com Stephen Hawkins em *A Brief History of Time: From the Big Bang to Black Holes* (New York: Bantam, 1988).

⁷ Ver os ensaios de L. Voskull. Ver, também, Anthony Hoekema, *A Bíblia e o Futuro* (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 1989), especialmente o capítulo sobre “O Significado da História”.

Estas distinções, embora devam ser mantidas em mente, não serão enfatizadas de forma repetitiva. No entanto, deve-se acrescentar que a história da revelação receberá a atenção adequada que as Escrituras do Antigo Testamento demandam.

Sexto, *que dois conceitos aos quais as Escrituras do Antigo Testamento se referem repetidamente, e que têm um papel fundamental para qualquer pessoa no entendimento do plano revelado de Deus, são a Aliança⁸ e o Reino de Deus*. A frase “Reino de Deus” raramente aparece no texto do Antigo Testamento, mas a realidade do reino de Deus é penetrantemente presente.⁹ A falta de compreensão ou o mal entendimento do reino de Deus são obstáculos básicos a se alcançar um acordo entre os estudiosos bíblicos e os cristãos sobre o plano escatológico de Deus e suas metas.

Tenho desenvolvido o conceito do “cordão dourado”. Os três fios desse cordão dourado são o reino, o pacto e o mediador. O reino, estabelecido na criação, é o cenário; a aliança é o meio administrativo; e o mediador é (são) o agente da aliança servindo aos propósitos do reino.

Desenvolvi o conceito do pacto da criação (não pacto das obras, que é um pequeno aspecto deste) o qual, quebrado em parte pela humanidade, é redimido e restaurado pelo pacto gracioso/redentor/restaurador. Logo, o pacto redentor funciona dentro do pacto da criação, capacitando a humanidade restaurada e

⁸ Escritores aos quais eu tenho dado atenção particular, em tempos recentes, são: John Bright, *Covenant and Promise* (Philadelphia: Westminster, 1976); Rodney Campbell, *Israel and the New Covenant* (Philadelphia: Presbyterian & Reformed, 1954); William J. Dumbrell, *Covenant and Creation* (Nashville: Nelson, 1984); C. Graafland, *Het Vaste Verbond* (Amsterdam: Ton Bolland, 1978); Jacob Joz, *The Covenant* (Grand Rapids: Eerdmans, 1968); Thomas E. McComiskey, *The Covenants of Promise* (Grand Rapids: Baker, 1985); O. Palmer Robertson, *O Cristo dos Pactos* (Campinas: Luz Para o Caminho, 1997). Para um exemplo de diferentes concepções de pacto entre os estudiosos Reformados/Presbiterianos, ver John Stek, “Covenant Overload in Reformed Theology” *Calvin Theological Journal*, 29 (1994): 12-41. Craig G. Bartholomew escreveu uma crítica da visão de Stek e enfatizou a visão histórica sustentada no passado, “Covenant and Creation: Covenant Overload or Covenantal Deconstruction” *Calvin Theological Journal*, 30 (1995): 11-33. Bartholomew se refere a uma obra de Gordon P. Hugenberger, *Covenant as Marriage: A Study of Biblical Law and Ethics Governing Marriage, Developed from the Perspective of Malachi* (D. Phil. Thesis, Cheltenham and Gloucester College of Higher Education, 1991) no qual a visão reformada histórica de pacto como casamento é sustentada e, conseqüentemente, pacto é um relacionamento (contrário à negação de Stek). Em anos passados, dei muita atenção a trabalhos de escritores como George Mendenhall, Ronald Clements, Meredith M. Kline e Gerhardus Vos.

⁹ Livros sobre o reino de Deus são numerosos, como uma consulta aos arquivos da biblioteca de qualquer seminário comprova. Trabalhos que tenho consultado frequentemente são John Bright, *The Kingdom of God* (Nashville, Abingdon, 1953). Jaap Helberg, “Openbaringsgeschiedenis Van Die Ou Testament”, pts. 1-2 da apostila não publicada, Universidade da África do Sul (1975); Meredith Kline “Kingdom Prologue”, apostila, ICS, Toronto, (1983); Fred Klooster “Kingdom and Church”, manuscrito não publicado, Calvin Seminary, (1978); Gerhardus Vos, *The Teaching of Jesus Concerning the Kingdom and the Church* (Grand Rapids: Eerdmans, 1951), e Raymond Zorn, *Church and Kingdom* (Philadelphia: Presbyterian & Reformed, 1962).

redimida a executar suas tarefas pactuais da criação que são agrupadas em três mandados. Estes são o espiritual, enfatizando o relacionamento com Deus Yahweh; o social, enfatizando o relacionamento com a humanidade (casamento, família, lar, comunidade); e o cultural, enfatizando o relacionamento da humanidade com todos os aspectos do cosmos criado.

A partir dessa perspectiva criadora/redentiva/restauradora, todas as atividades do reino podem ser vistas como muito mais mutuamente inter-relacionadas e correlacionadas. Isto tem realçado imensamente meu mundo e visão da vida. Tem me dado, também, compreensão, por exemplo, de que a nossa tarefa educacional cristã está profundamente arraigada no pacto da criação, como um aspecto de nosso mandato cultural. Portanto, basicamente, a educação cristã está arraigada na criação e não no pacto da graça, o qual tem uma influência definitiva na educação cristã, mas não supre o alicerce básico para ela. Outra compreensão dos nossos privilégios sociais e culturais, responsabilidades e tarefas, tem sido realçada para mim. Ênfase estes alicerces e dou implicações sugestivas. Se eu fosse desenvolvê-los, isto é, a educação cristã, o trabalho, a política, meu trabalho seria prolongado demais.

Também cresceu minha compreensão como nunca antes ao fazer meus estudos sobre a inimizade que Deus Yahweh estabeleceu (Gn 3.15-16), sobre o reino parasítico de Satanás, e sobre a antítese que a tudo impregna, com a qual, nós, agentes mediadores da aliança (refletindo e servindo sob Cristo no seu reino), devemos ajustar contas diariamente.

Sétimo, *que o caráter e a interpretação da profecia são dois assuntos que requerem atenção cuidadosa no estudo da escatologia*. Nenhum estudo separado será feito nestes assuntos. Uma breve declaração a respeito de profecia como tal está incluída em meu livro sobre Messianismo no Antigo Testamento. Minha abordagem desses assuntos será aparente, inevitavelmente, por meio das minhas discussões, particularmente do material profético. É verdade, sem sombra de dúvida, que tenho sido ajudado por um vasto número de estudiosos no entendimento de profecia.¹⁰

Oitavo, *que o papel de Israel como nação, no tempo do Antigo Testamento, é um fator importante em uma consideração da revelação de Deus sobre seu plano para o futuro*. Que Israel tem um papel na história e na profecia do Antigo Testamento que está acima de qualquer discussão. O que nos chama a uma cuidadosa consideração é a conexão do velho Israel do Antigo Testamento e o

¹⁰ Vários livros de hermenêutica de autores tais como L. Berkhof, A. Berkeley Michelsen e Milton Terry têm sido trabalhos úteis. Tenho sido auxiliado por Philip E. Hughes, *Interpreting Prophecy* (Grand Rapids: Eerdmans, 1980); Hans K. LaRondelle, *The Israel of God in Prophecy* (Berrien Springs: Andrews, 1983); e uma releitura de Marten J. Wyngaarden, *The Future of the Kingdom in Prophecy and Fulfillment* (Grand Rapids: Baker, 1955). Obras sobre escatologia têm sido também muito úteis (ver nota 11).

Israel de hoje. É bem sabido que existem fortes diferenças de opinião quanto à moderna nação de Israel ser o cumprimento das profecias do Antigo Testamento e se ela terá um importante e crescente papel entre as nações no futuro.¹¹

Finalmente, *que uma matéria muito importante para este estudo é a consideração das várias visões escatológicas*. Robert Clouse editou um livro no qual as quatro principais visões são definidas, descritas e avaliadas.¹² Estas visões serão avaliadas neste estudo. Não será um assunto simples ou fácil. A revelação do Antigo Testamento não define ou descreve qualquer “visão sistemática” de uma maneira definida ou em uma passagem específica. Adicionado a isto resta o fato de que o material do Novo Testamento sobre o futuro já foi organizado e colocado, por vários escatologistas, como uma grade sobre o Antigo Testamento. Dificuldades adicionais surgem do debate sobre em que grau os intérpretes devem seguir as interpretações literais ou espiritualizadas. E então, somadas a estas dificuldades, está o fato de que existem variações entre os seguidores de cada visão.

Seguidores da visão amilenista têm sido considerados divididos em pelo menos três grupos: os amilenistas históricos¹³, os “milenistas liberais da escatologia realizada”¹⁴ e os “milenistas sem preferência da teologia da libertação”.¹⁵ Os seguidores da visão pré-milenista histórica têm suas diferenças.¹⁶ Os seguidores da visão pós-milenista não são unidos na exposição de sua visão. Lorraine Boettner é frequentemente considerado um porta-voz útil.¹⁷ Talvez as variações mais recentes desenvolvidas sejam aquelas sustentadas pelos

¹¹ Alguns escritores, que representam um ponto de vista escatológico específico, têm considerado o moderno Israel como uma base para o futuro reino milenar. E não milenistas têm escrito muito menos sobre isto, em comparação. Escritores seculares se referem ao presente e ao futuro status de Israel, ocasionalmente. Lance Morrow, “Israel at 40: The Dream Confronts Palestinian Fury and a Crisis of Identity”. *Time*, 4 de abril, 1988, 36-50.

¹² Robert G. Clouse, *The Meaning of the Millennium* (Downers Grove: IVP, 1977). John F. Walvoord também discute as quatro visões a partir de uma forte posição dispensacionista em *The Millennial Kingdom* (Grand Rapids: Zondervan, 1959).

¹³ Ver Wyngaarden, *Future*.

¹⁴ A visão escatológica realizada, dos estudos do Antigo Testamento, não tem sido exposta em obra específica, mas vários trabalhos de teologia bíblica têm se referido a ela. Referências serão feitas a isso em pontos relevantes no corpo do texto.

¹⁵ É difícil cunhar uma frase-chave para se referir ao que Gustavo Gutierrez disse quando indicou que os teólogos da libertação não têm preferência por um sistema escatológico rígido por causa da visão do reino de Deus como presente entre o já e o ainda não; ele está aqui, agora, em processo. Ver a discussão de Emilio Nunez sobre “The Church in the Liberation Theology of Gutierrez” no simpósio de D. A. Carson *Biblical Interpretation and the Church*, 166-94.

¹⁶ Ver J. Barton Payne, *Encyclopedia of Biblical Prophecy* (New York: Harper & Row, 1973); e *The Theology of the Older Testament* (Grand Rapids: Zondervan, 1962) para uma apresentação dessa visão.

¹⁷ Lorraine Boettner, *The Millennium* (Grand Rapids: Baker, 1958). Rousas Rushdoony e Greg L. Bahnsen, em vários escritos, têm tecido suas visões teonômicas em um sistema pós-milenista. David Chiltern desenvolveu sua posição em *Paradise Restored: An Eschatology of Dominion* (Tyler: Reconstruction, 1985).

adeptos do sistema dispensacionalista de escatologia. Três variações óbvias são representadas pela Antiga Bíblia Scofield, que apresenta o Dispensacionalismo Clássico; a Nova Bíblia Scofield, que apresenta o Dispensacionalismo Revisado; e o recente Dispensacionalismo/Pactual,¹⁸ cujos seguidores preferem chamar de Dispensacionalismo Progressivo. É interessante notar que vários escritores, representando diferentes visões, têm buscado apoio nos escritores da igreja antiga. Os escritores antigos não desenvolveram seus “sistemas escatológicos” em detalhe, embora alguns tenham dado evidências suficientes de qual era sua visão geral.¹⁹

Resumindo, este trabalho teológico-bíblico-exegético traça a revelação de Deus dada progressivamente por meio de agentes da revelação escolhidos especificamente no curso da história registrada no Antigo Testamento; irá se concentrar no propósito, no plano e na estratégia de Deus para a criação, desde o seu começo até sua consumação. Este trabalho bíblico teológico irá se concentrar na escatologia; ao fazer isso, os vários sistemas e visões, sustentados no presente, serão considerados e avaliados. Uma tentativa concentrada e honesta será feita no sentido de deixar as Escrituras do Antigo Testamento explicarem seus próprios argumentos sobre escatologia. Estou ciente de que, nas décadas passadas, outros escritores começaram a tratar do mesmo assunto.²⁰ O escopo do meu trabalho será mais amplo e o resultado mais definitivo do que o já escrito até hoje.

¹⁸ Defensores dessas diferentes visões serão mencionados no curso deste e de outros livros em projeto.

¹⁹ Geralmente se concorda que Irineu e Tertuliano, do terceiro século d.C., deram evidências para sustentar alguns dogmas do pré-milenismo moderno, enquanto Agostinho, do quarto século d.C., foi definitivo em apoiar uma visão amilenista. Joaquim, do século XII d.C., desenvolveu uma posição considerada pós-milenista em seu caráter. Harold O. J. Brown menciona um paralelo entre Marcião (90-160 d.C.) e o dispensacionalismo do séc. 12 em alguns pontos quando discutiu a escatologia de Marcião em *Heresies: The Image of Christ in the Mirror of Heresy and Orthodoxy from the Apostles to the Present* (New York: Doubleday, 1984). Ver Charles Caldwell Ryrie, *Dispensationalism Today* (Chicago: Moody, 1965) como um porta-voz dos estudiosos do dispensacionalismo revisado e Craig A. Blaising e Darrell B. Bock, *Progressive Dispensationalism* (Wheaton: Victor Books, 1993) para uma apresentação do seu pensamento progressivo.

²⁰ W. J. Dumbrell, *The End of the Beginning* (Grand Rapids: Baker, 1985); Meredith M. Kline “Kingdom Prologue”, e *Images of the Spirit* (Grand Rapids: Baker, 1980); Willem Van Gemeren, *The Progress of Redemption* (Grand Rapids: Zondervan, 1988).